



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE

NOTA TÉCNICA nº 50 / 2003

Esta nota técnica apresenta os dados dos governos municipais, dos exercícios de 2000, 2001, 2002 e 1º semestre de 2003, referentes à aplicação da receita de impostos e transferências constitucionais e legais em ações e serviços públicos de saúde de acordo com a EC 29/2000

Os percentuais mínimos a serem aplicados nos exercícios de 2001, 2002 e 2003 foram calculado levando-se em consideração os dados transmitidos ao SIOPS pelos municípios, referentes ao ano-base 2000 e segundo os parâmetros da Resolução 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde (antiga Resolução 316/2002).

O anexo I apresenta um resumo das informações transmitidas ao SIOPS até o dia 11 de novembro de 2003, quando a base de dados contava com 4.647 municípios informantes (83,6% do total), abrangendo 91,8% da população total.

- Coluna A – Número de municípios por UF;
- Coluna B – Número de municípios que não transmitiram os dados ao SIOPS (912 no total);
- Coluna C – Percentual de municípios transmitidos em relação ao total de municípios (83,6%);
- Coluna D – Participação da população dos municípios que transmitiram os dados na população do estado (91,8%);
- Coluna E – Total da despesa liquidada dos municípios com ações e serviços de saúde por UF (R\$ 20,270 bilhões);
- Coluna F – Total de transferências do SUS provenientes de outras esferas de governo para os municípios (R\$ 9,294 bilhões);
- Coluna G – Despesas liquidadas com ações e serviços públicos de saúde pelos municípios (R\$ 10,969 bilhões);
- Coluna H – Percentual da despesa aplicada pelos municípios financiada por recursos próprios (54,1% em média), o que indica o grau de dependência em relação ao financiamento por outras esferas de governo;

- Coluna I – Total da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais dos municípios (R\$ 68,569 bilhões);
- Coluna J – Percentual médio de recursos próprios aplicados em saúde por UF (16,0% em média);
- Coluna K – Despesa mínima a ser aplicada pelo conjunto de municípios por UF para cumprir a EC 29 (R\$ 8,749 bilhões);
- Coluna L – Total, por UF, da diferença, por município, entre o valor mínimo a aplicar para cumprimento da EC 29 e o valor efetivamente aplicado, representando o montante total não aplicado pelos municípios que descumpriram os percentuais mínimos de acordo com a EC 29 (R\$ 204,0 milhões);
- Coluna M – Despesa total por habitante (R\$ 126 = coluna E / população);
- Coluna N – Transferências de recursos do SUS provenientes de outras esferas de governo, por habitante (R\$ 58 = coluna F / população);
- Coluna O – Despesa financiada por recursos próprios por habitante (R\$ 68 = coluna G / população);
- Coluna P – Receita de impostos e transferências constitucionais e legais por habitante (R\$ 428 = coluna I / população).

O anexo II apresenta a situação, por UF, dos municípios em relação ao cumprimento da EC 29 de acordo com os parâmetros definidos na Resolução 322 do Conselho Nacional de Saúde (antiga Resolução 316). A Tabela 1 apresenta o número de municípios por UF por situação: na primeira coluna, aqueles que cumpriram o percentual mínimo (3.401 municípios, representando 61,2% do total); na segunda, aqueles que não cumpriram (954 municípios, representando 17,2% do total); na terceira e na quarta, respectivamente, aqueles que não enviaram os dados referentes ao ano-base 2000 (128 municípios, representando 2,3% do total) e aqueles cujos dados apresentam alguma inconsistência (164 municípios, representando 3,0% do total), não sendo possível verificar o cumprimento da EC 29; na quinta coluna, os municípios que não enviaram os dados (912 municípios, representando 16,4% do total). A tabela 2 apresenta o percentual de municípios por UF em cada situação. A tabela 3 apresenta o percentual de municípios em cada situação excluindo-se os que não enviaram os dados.

O anexo III apresenta os percentuais mínimos calculados com base no percentual aplicado em 2000, seguindo-se os parâmetros definidos na Resolução 322/CNS e os percentuais de recursos próprios aplicados em saúde para os exercícios de 2000, 2001, 2002 e primeiro semestre de 2003. Apresenta também o cálculo do percentual aplicado em saúde através dos dados da despesa por fonte, formulário complementar introduzido no sistema de coleta de dados do 1º semestre de 2003 que capta dados globais referentes à aplicação da despesa em ações e serviços públicos de saúde por fonte de financiamento. Dos 3.476 municípios que enviaram os dados ao SIOPS, apenas 573 (16,5% do total) responderam

“sim” à pergunta no sistema (Informações Complementares – tabela 3) sobre a existência desses dados na contabilidade do município. Desses, mais da metade não apresentam diferenças entre as duas metodologias de cálculo.

O anexo IV apresenta um resumo das informações transmitidas através do SIOPS 2002, com a data de envio dos dados¹ a Despesa Liquidada Total com Saúde, as Transferências de Recursos do SUS, a Despesa Liquidada com Recursos Próprios, a Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais e o percentual de recursos próprios aplicados em saúde para o ano de 2002, além desse percentual calculado para as despesas empenhadas, as despesas orçadas para 2003². Adicionalmente, agregou-se o percentual de recursos próprios aplicados em saúde, informado através do sistema de coleta de dados do 1º semestre de 2003 e o percentual calculado para 2002 através da Despesa por Fonte, conforme citado acima, para os 573 municípios que informaram esses dados.

Brasília, 18 de novembro de 2003

Rodrigo Pucci de Sá e Benevides
Assessor Técnico
Departamento de Economia da Saúde

Paulo Cesar da Fonseca Malheiro
Consultor
Departamento de Economia da Saúde

De acordo,

/ /2003

Elias A. Jorge

Diretor de Economia da Saúde

¹ No caso de haver reenvio, o relatório registra a data da última transmissão. No sítio do SIOPS (<http://siops.datasus.gov.br> - Situação de Entrega) é possível consultar as datas de todos os envios, além de alguns indicadores calculados.

² Os dados de despesas orçadas para 2003 são informados através do SIOPS ano-base 2002.